

## O FEMINISMO UNIVERSALISTA DE MARTHA NUSSBAUM

### MARTHA NUSSBAUM'S UNIVERSALIST FEMINISM

MARIA DE LOURDES ALVES BORGES<sup>1</sup>

(Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil)

#### RESUMO

Nesse artigo, eu pretendo apresentar a defesa que a filósofa Martha Nussbaum faz do liberalismo político, compreendido como a tradição liberal iluminista que vai de Kant a Rawls. Muitas feministas têm objetado que a concepção liberal da natureza humana e de filosofia política não se pode constituir num fundamento adequado para uma teoria da libertação das mulheres. Nussbaum contesta esta visão, mostrando que o liberalismo oferece conceitos universais, que são valores essenciais para o movimento feminista e para a luta das mulheres, tais como a noção de pessoa, auto-respeito, capacidade de escolha e igual consideração do valor e dignidade dos seres humanos. Além disso, os movimentos feministas atualmente utilizam estes conceitos para fundamentar suas reivindicações. Ao final, apresentarei a noção de *capability*, mostrando como esse conceito responde às críticas ao feminismo universalista.

**Palavras-chave:** feminismo, Nussbaum, liberalismo, capacidade

#### ABSTRACT

In this article, I present philosopher Martha Nussbaum's defense of political liberalism, understood as the liberal Enlightenment tradition that goes from Kant to Rawls. Many feminists have objected that the liberal conception of human nature and political philosophy cannot constitute an adequate foundation for women liberation. Nussbaum objects to this view by showing that liberalism offers universal concepts, which are essential values for the feminist movement and women's struggle, such as the notion of person, self-respect, capacity for choice, and equal consideration of the value and dignity of human beings. In addition, feminist movements currently use these concepts to ground their claims. In the end, I present the notion of *capability*, showing how this concept responds to criticism of universalist feminism.

**Key-words:** feminism, Nussbaum, liberalism, capability

### 1) A crítica feminista ao liberalismo

Allison Jaggar, uma das filósofas feministas americanas mais influentes, afirma, no livro *Feminist Politics and Human Nature*, que “uma concepção liberal de natureza humana e de filosofia política não pode se constituir numa fundação filosófica para uma teoria adequada

da liberação da mulher” (JAGGAR, 1983, p.47-48). Seguindo Allison Jaggar, outras feministas ressaltaram a impossibilidade do liberalismo de oferecer uma teoria satisfatória para dar conta das reivindicações feministas. Podemos resumir as críticas feministas ao liberalismo em três aspectos principais:

I. O liberalismo é extremamente individualista; ao dar ênfase ao valor e dignidade do indivíduo, subordina o valor a ser dado à comunidade e a entidades sociais coletivas, tais como famílias, grupos e classes sociais;

II. O ideal de igualdade do liberalismo é muito abstrato e formal, faltando-lhe a devida imersão nas realidades concretas de poder das diferentes realidades sociais;

III. O liberalismo enfatiza a razão e dá pouco valor à emoção e ao cuidado com as pessoas.

A partir destas críticas, o liberalismo é considerado um sistema filosófico inadequado, devendo dar lugar a alguma forma de comunitarismo, ao marxismo ou à ética do cuidado.

A partir da identificação das críticas principais do liberalismo, Nussbaum fará uma defesa deste, que consistirá numa definição do termo, numa indicação empírica de que o liberalismo é utilizado pelas mulheres para fundamentar suas reivindicações e na defesa quanto às críticas acima apresentadas.

## **2) A definição de liberalismo enquanto concepção filosófica**

Inicialmente é necessário apresentar o que se entende aqui por liberalismo. Como primeira ressalva, o liberalismo político deve ser cuidadosamente diferenciado do liberalismo econômico. Aquele trata da proteção das esferas de escolha e tem sua origem no iluminismo liberal. Quando Nussbaum fala de liberalismo, ela tem em mente “a tradição do liberalismo kantiano, representado atualmente no pensamento político e também a tradição liberal utilitarista clássica, especificamente tal como exemplificada na obra de John Stuart Mill” (NUSSBAUM, 1999, p.57).

Contudo, isto ainda é um pouco vago, já que Kant, Rawls e Mill, se apresentam semelhanças, apresentam igualmente diferenças essenciais nas suas doutrinas. Quais seriam, segundo Nussbaum, as características que definem o liberalismo político desta tradição? O liberalismo defendido pode ser definido através de três pontos principais. Esta tradição defende a igual dignidade e valor dos indivíduos, independentemente de sua posição social.

Como segunda característica importante, temos a defesa do poder de escolha, que consiste na capacidade de planejar sua vida de acordo com sua própria valoração de fins. Este ponto foi desenvolvido por John Rawls no livro *A Theory of Justice*, o qual sustenta que a potencialidade para desenvolver esta capacidade é a base para a igualdade humana. Estes dois primeiros pontos, que os indivíduos devem ter igual valor e dignidade e a defesa das esferas da escolha são interligados, de forma que não é possível haver igual consideração de valor e dignidade sem a preservação de uma razoável capacidade de escolha.

A estas duas características soma-se uma outra, qual seja, que a igualdade moral das pessoas concede a estas uma reivindicação eqüitativa a um certo tipo de tratamento na sociedade, tratamento este que promova a liberdade de escolha e respeite e promova o igual valor das pessoas.

A fim de esclarecer em que consistem estes pontos, Nussbaum nos indica quais as ordens sociais às quais o liberalismo político, definido aqui de forma ampla, se oporia e qual o tipo de organização social e política não expressa estes princípios caros à tradição liberal.

O liberalismo opõe-se a formas de organização social que tomam diferenças irrelevantes do ponto de vista moral como fontes sistemáticas de hierarquia social. Trata-se aqui do que Nussbaum denomina de “naturalização de hierarquias” (NUSSBAUM, 1999, p. 57). Os exemplos dados são o feudalismo, a monarquia hereditária e o sistema de castas hierárquico da Índia.<sup>2</sup> Outros sistemas de castas que são criados em vários lugares e épocas igualmente se oporiam a este sistema.

O segundo exemplo de formas sociais que se oporiam ao liberalismo seriam formas de organização política que visam o bem para o grupo como um todo, o bem do corpo social, sem pensar no bem-estar dos indivíduos.

A última forma seria a política baseada em ideologia, no sentido em que toma uma concepção particular de valor (utópica, religiosa ou tradicional) como padrão obrigatório imposto a todos os cidadãos. Pode-se citar vários exemplos destas formas ideológicas da política: regimes políticos intolerantes quanto às crenças religiosas ou que impõem uma única crença; ou baseados numa única visão política utópica de bem. O liberalismo, conforme Nussbaum, “seria oposto ao marxismo, a ordens sociais teocráticas e a muitas outras formas de conservadorismo autoritário ou baseado na tradição” (NUSSBAUM, 1999, 58).

Em suma, poder-se-ia afirmar que o liberalismo político se define pela defesa das esferas de escolha e pelo igual respeito aos indivíduos. E estas reivindicações são essenciais para a luta das mulheres, ao contrário do que pretende a crítica feminista ao liberalismo.

### **3) A utilização dos conceitos do liberalismo no movimento de libertação das mulheres**

A adoção do liberalismo político como pensamento que apresenta uma fundamentação razoável para o feminismo não provém apenas de uma pura análise de conceitos. Ele é utilizado pelas mulheres no seu discurso concreto de libertação em várias partes do mundo. Nussbaum cita três discursos bastante elucidativos. Roop Verma, ativista feminista indiana, ao criticar as tradições religiosas na Índia, mostra como estas tradições privam a mulher de sua personalidade plena. “Para mim”, afirma Verna, “três coisas definem a personalidade plena: autonomia, auto-respeito e sentido de realização” (NUSSBAUM, 1999, p. 55). Vemos aqui claramente a referência aos termos que definem a proteção das esferas de escolha, tais como autonomia, sentido de realização dos seus próprios objetivos, bem como a idéia de respeito enquanto auto-respeito.

Nahid Toubia, a primeira mulher cirurgiã do Sudão, ao lutar contra a prática da mutilação genital feminina (MGF), explica as razões pelas quais ela considera esta prática, ainda que aceita culturalmente, uma violência contra as mulheres e uma violação de seus direitos. Segunda Toubia, as organizações dos direitos humanos devem declarar que a MGF é uma violação dos direitos das mulheres, pois “se as mulheres devem ser consideradas como membros iguais e responsáveis da sociedade, nenhum aspecto de sua integridade física, psicológica ou sexual pode ser comprometido” (NUSSBAUM, 1999, p. 55).

Outro interessante depoimento é dado pela descrição de um encontro de viúvas de toda Índia que discutiam suas condições de vida. Segundo a revista *Hindu Magazine*, durante o encontro, elas concluíram que devem ser vistas como pessoas que têm o direito à vida, mesmo que seus esposos estejam mortos, e como cidadãs que tem direito aos recursos, tais como terra, habitação, emprego, cartões de crédito, os quais as habilitarão a viver e criar seus filhos com dignidade e auto-respeito.

Os depoimentos coletados por Nussbaum referem-se a sociedades diferentes da nossa. Isso não significa, todavia, que as mesmas críticas não possam aqui se aplicar. Obviamente, as mulheres que vivem em sociedades onde a mutilação é compulsória, sofrem uma opressão

muito maior do que as mulheres ocidentais. Não há dúvida que a mutilação obrigatória, o impedimento formal de acesso à educação e ao trabalho e de acesso aos meios de auto-sobrevivência impedem a livre escolha numa forma muito mais grave e radical do que vemos em geral no Ocidente. O liberalismo nos dá uma ferramenta de julgamento dessas práticas, sem cair na armadilha de tudo justificar a aceitar em nome do multiculturalismo.

Acrescentando aqui à palavra de Martha Nussbaum, podemos dizer que mesmo Kant, na sua *Fundamentação da Metafísica dos Costumes*, já nos ofereceria, com seu imperativo categórico, um instrumento de julgamento moral universal. Tal fórmula pode ser enunciada da seguinte forma: gostaria de ver minha máxima tornar-se uma lei universal? É fácil mostrar como essas práticas mutiladoras ou opressoras em relação às mulheres não passariam no teste do imperativo categórico: poderia eu querer que todos nesta sociedade fossem mutilados genitalmente? A resposta de todos nesta sociedade provavelmente seria NÃO, pois a mutilação do pênis não seria aceita. O mesmo poderia ser aplicado às restrições impostas às mulheres quanto à educação e trabalho: gostaria que todos sofressem os mesmos impedimentos? Vemos que a resposta seria negativa, pois as restrições visam apenas uma parte da sociedade e não sua totalidade.

A crítica a estas práticas não ocidentais pelo liberalismo baseia-se numa idéia de auto-respeito e igual consideração do valor das pessoas, independentemente de sexo, raça e religião. Devemos notar, contudo, que esta crítica não têm a implicação que muitos atribuem a ela. Primeiramente, não se segue da crítica às práticas sociais que desrespeitam alguns direitos das mulheres a legitimidade de uma intervenção externa. Em segundo lugar, a crítica a sociedades diferentes não implica que estejamos cegos quanto aos problemas da nossa própria sociedade. Se nós defendemos de forma séria a não mutilação feminina, criticando práticas de outras culturas com base no direito de integridade física, não podemos ficar cegas à mutilação auto-imposta pelas mulheres ocidentais, através de cirurgias estéticas. Obviamente, as sanções a uma mulher que não se submete à mutilação feminina no Sudão são mais graves do que aquelas impostas à mulher ocidental que não se submete a uma lipoaspiração ou implante de seios. Contudo, isso não significa que estas tenham sua esfera de escolha totalmente preservada. O liberalismo político não é, todavia, cego a isso, pois não é apenas a proibição legal que impede a livre escolha, mas também sanções e imposições sociais, ainda que, nesta situação, o grau de liberdade seja maior do que naquela. A luta de algumas mulheres ocidentais para serem respeitadas nas suas características físicas, sem serem pressionadas a

seguir modelos estéticos que incitam à mutilação, afirma o discurso do liberalismo pela manutenção de seu poder de escolha<sup>3</sup>.

Vemos, então, nestas manifestações de feministas, em todo o mundo, a utilização do vocabulário do liberalismo político para expressar e justificar suas reivindicações. Nota-se a ênfase dada a dois aspectos: de um lado, a manutenção de uma esfera de escolha, de outro, o respeito pelos indivíduos, ligados à consideração de igual valor das mulheres enquanto cidadãs.

#### **4) Uma resposta feminista às críticas endereçadas ao liberalismo**

A mera utilização dos conceitos clássicos do liberalismo pelo movimento feminista não nos dá uma justificativa teórica do liberalismo. Para fundamentá-lo, é necessário examinar as críticas endereçadas a esta doutrina e sua possível defesa.

Um dos eixos principais da crítica feminista é ao suposto egoísmo defendido pelo liberalismo. Segundo esta, o liberalismo defenderia a auto-suficiência em detrimento do cuidado com a família e com as comunidades em geral. Nussbaum considera que a crítica ao egoísmo pode ser dirigida a alguns matizes do liberalismo econômico, mas não ao liberalismo político. Se tomarmos duas correntes principais do que Nussbaum denomina de liberalismo político, o utilitarismo e o kantismo, veremos que esta crítica não procede. O utilitarismo visa a maximização da felicidade de todos, não de um indivíduo. A doutrina de Kant claramente opõe-se à busca de felicidade pessoal como objetivo da moralidade; pelo contrário, apenas a busca da felicidade alheia pode ser um dever. O liberalismo, portanto, é claramente crítico do egoísmo, tanto psicológico, quanto moral.

O liberalismo defende, é verdade, a auto-suficiência. Tal defesa não implica, contudo, um elogio do egoísmo, visto que a beneficência é tida como um dever moral. Auto-suficiência significa que os seres humanos, independentemente de raça, sexo e outras distinções não moralmente relevantes, devem ser capazes de decidir sobre seus objetivos e seu modo de vida, ao mesmo tempo em que são tratados com o respeito devido a um ser racional. Tratar os seres humanos como meios e não como fins em si seria contrário à idéia de autonomia defendida pela doutrina liberal.

Uma outra crítica endereçada ao liberalismo seria a de que, o encorajamento da auto-suficiência dos indivíduos leva-os a minimizar sua dependência dos outros e subestimar o

valor da família e associações comunitárias. Nussbaum nega que os expoentes filosóficos do liberalismo defendessem a não consideração dos outros. Kant, por exemplo, aconselha que o agente não tome seu próprio prazer como razão de ação; mesmo aquele que tem pouca simpatia no seu coração deve, por exemplo, realizar atos de beneficência. Se a crítica à auto-suficiência significa que a relação com os outros é negligenciada pelo liberalismo, tal crítica não possui um fundamento sólido. Contudo, o liberalismo realmente defende um projeto de auto-suficiência, onde os indivíduos não estão submetidos às exigências do todo, mas possuem seus próprios projetos que podem ser distintos dos projetos a eles atribuídos pela comunidade. Este descolamento da parte-indivíduo em relação ao todo-comunidade é benéfico para as mulheres e deveria, segundo Nussbaum, ser defendido pelas feministas, pois as mulheres sempre foram tratadas e valorizadas como parte de uma família ou comunidade, enquanto reprodutoras ou encarregadas do cuidado com os outros membros (NUSSBAUM 1999, p. 63). O que as mulheres querem é a consideração de que são sujeitos separados de sua família ou comunidade, logo, agentes livres para a determinação de seu próprio projeto de vida.

O segundo aspecto da crítica feminista dirigida ao liberalismo enfoca o pretenso formalismo desta doutrina. Segundo as críticas, o liberalismo apresentaria uma visão de pessoa muito abstrata, a qual não consideraria as diferenças de hierarquia social e desigualdade de poder. Novamente, aqui a estratégia de Nussbaum é mostrar que nem todas as correntes liberais seriam cegas às diferenças sociais e de poder. Prova disso seria o tratamento que os liberais Rawlsianos dariam à ação afirmativa. Admitindo que alguns indivíduos possuem várias vantagens derivadas de características morais irrelevantes, os seguidores de Rawls admitem que é não apenas razoável, mas necessário moralmente reajustar estes benefícios de forma que alguns indivíduos não tenham excessivos benefícios. Neste sentido, este tipo de liberalismo rejeita igualmente a total abstração do indivíduo em relação ao seu meio social e vantagens ou desvantagens que provenham daí.

Uma outra linha de crítica refere-se à pretensa desconsideração das emoções pelo liberalismo. Segundo Jagger, numa de suas mais ferrenhas críticas, “a teoria política liberal é fundamentada na concepção de seres humanos como essencialmente agentes racionais” (JAGGAR, 1983, p.28). Ao ter este modelo para os seres humanos, ele desconsideraria uma parte essencial da essência humana. Nel Noddings acrescentaria uma outra nuance a esta crítica. Em *Caring*<sup>4</sup> ela defende que o amor maternal, por exemplo, é uma experiência extremamente rica emocionalmente, na qual não entram elementos de julgamento racional.

Nussbaum contesta estas críticas em duas linhas. Primeiro, negando que os teóricos liberais tenham dissociado tão radicalmente razão e emoção. Desde Kant e Hume, aceita-se que as emoções envolvem algum tipo de julgamento sobre uma determinada situação. O pesar, por exemplo, envolve uma crença de que algo de valor foi perdido; conseqüentemente, há uma certa racionalidade envolvida na emoção. Como segundo ponto, Nussbaum mostra que o que os liberais não aconselham, é verdade, é deixar-se guiar pelas emoções. Neste sentido, mesmo o amor maternal deve ser guiado por preocupações racionais sobre o bem-estar dos filhos.

Em suma, Martha Nussbaum mostra neste artigo que o liberalismo, principalmente aquele que segue os ensinamentos de Kant e Rawls, deve ser, não só aceito, mas defendido com ardor pelas feministas, por apresentar conceitos que essas valorizam: capacidade de escolha e auto-respeito.

### 5. Novos universais: o conceito de *capability*

Uma das críticas às teóricas que defendem valores universais é que eles se apresentam como valores particulares encobertos por uma pretensa validade geral. Uma filosofia feminista radical baseia-se na crítica dos universais presentes até agora no discurso filosófico. O desafio, portanto, de uma filosofia feminista universalista, é estabelecer universais que não sejam distorcidos por um preconceito de gênero.

Tal desafio foi em parte cumprido pelo conceito de *capability*, o qual traduzirei, numa falta de melhor tradução, por *capabilidade*. No artigo “In defense of Universal Values”, Nussbaum afirma que “um feminismo internacional que venha a ter um espírito crítico rapidamente se envolve em fazer recomendações normativas que vão além dos limites da cultura, religião, raça e classe. Será necessário conceitos descritivos e normativos adequados a essa tarefa” (NUSSBAUM, 2001, p. 6). A obtenção dessas categorias deverá responder a questões sobre sua origem, principalmente fornecer uma justificativa para sua aplicação universal que envolva culturas onde essas categorias não são reconhecidas.

Uma estrutura universal de categorias deveria responder a três objeções centrais. A primeira objeção seria o **argumento da cultura**, ou argumento anti-ocidental. Segundo esse argumento, algumas culturas, como a indiana, preservam normas relativas à obediência feminina, auto-sacrifício, recato, que têm definido a vida das mulheres durante séculos, tanto



na tradição hindu, quanto muçulmana. As feministas ocidentais não deveriam assumir simplesmente que essas são normas ruins, incapazes de conceder uma vida digna às mulheres. A segunda crítica é o argumento do **aspecto positivo da diversidade**.

O terceiro é o argumento do **paternalismo**, segundo o qual quando usamos uma estrutura de normas universais como referência, não estaríamos respeitando a liberdade dos outros como agentes, ou seu papel enquanto cidadãos de uma democracia.

A resposta de Martha Nussbaum consiste em mostrar que várias culturas e sociedades tradicionais não respeitam a liberdade e autodeterminação das mulheres, negando-lhes capacidade civil, direitos básicos e autonomia. Além disso, as mulheres com as quais Nussbaum entrou em contato em vários desses países apontavam essa falta de liberdade e carência de direitos, afirmando que gostariam de ter uma vida mais completa e satisfatória.

Nussbaum nos apresentará o conceito de *capabilities* como uma resposta a essa busca de universais que não sejam paternalistas e que respeitem as diversas culturas, um conceito que já havia sido utilizado pelo economista Amartya Sen para avaliar a qualidade de vida de populações e indivíduos. As *capabilities*, nessa nova versão, possuem uma influência aristotélica e marxiana, pois se referem às funções verdadeiramente humanas, sem as quais a vida do ser humano perderia o sentido.

As capacidades humanas centrais são as seguintes (NUSSBAUM, 2001, p.14-15):

Vida: ser capaz de viver uma vida humana de uma duração normal, não morrer prematuramente.

Saúde: ser capaz de ter boa saúde, incluindo saúde reprodutiva, ser alimentado adequadamente e ter habitação adequada.

Integridade física: ser capaz de mover-se livremente de um lugar a outro, ser protegido contra violência, incluindo violência sexual e doméstica; ter oportunidades para satisfação sexual ou para escolhas.

Sentidos, imaginação e pensamento: Ser capaz de usar os sentidos, de imaginar, pensar e raciocinar. Ser capaz de usar a mente protegida pela garantia de expressão em relação à arte e à política. Ser capaz de ter experiências prazerosas e evitar dor desnecessária.

Emoções: ser capaz de relacionamentos com coisas e pessoas fora de nós; amar aqueles que nos amam e se preocupam conosco.

Razão prática: ser capaz de formar uma concepção de bem.

Afiliação: ser capaz de viver com os outros e de interação social, ter capacidade para justiça e amizade; possuir as bases sociais para o auto-respeito e não humilhação, sendo tratado como um ser humano digno, cujo valor é igual ao dos outros; proteção contra a discriminação com base na raça, gênero, orientação sexual, religião, origem étnica e/ou nacional.

Outras espécies: ser capaz de se preocupar com os animais, plantas e o mundo natural.

Brincar: ser capaz de rir, de brincar, de ter atividades recreativas.

Controle sobre seu ambiente: ser capaz de participar efetivamente em escolhas políticas que governam a sua vida; ser capaz de ter propriedade, de procurar emprego em bases iguais aos outros.

As capacidades são, portanto, uma lista de capacidades necessárias e universais para se ter uma vida digna de ser vivida. Ao invés de Kant e Rawls, é a inspiração aristotélica de função humana que nos leva a um conjunto de universais que podem servir como valores de uma teoria feminista.

## Notas

<sup>1</sup> Professora Titular do Departamento e do Programa de Pós-Graduação em Filosofia pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Brasil. Secretária de Cultura e Arte da UFSC e presidente da Sociedade Kant Brasileira. E-mail: [mariaborges@yahoo.com](mailto:mariaborges@yahoo.com)

<sup>2</sup> O sistema hierárquico tradicional da Índia define os cidadãos em quatro castas principais: Brahmins (sacerdotes), Kshatriyas (guerreiros), Vaishya (comerciantes) e Shudra (trabalhadores manuais). O seu lugar na sociedade e seus futuros cônjuges são definidos pela casta na qual nasceram. Até mesmo seus hábitos alimentares: um membro da casta Brahmins, casta dos sacerdotes, não come carne, visto que deve ter ser corpo depurado. Atualmente, o sistema de castas na Índia não é mais seguido nas grandes cidades, apenas nos pequenos vilarejos.

<sup>3</sup> Nem toda a procura por beleza é mutiladora, o uso de roupas, cores de cabelo e penteados pode significar uma expressão da autonomia feminina. Contudo, há alguns padrões que vão muito além de vestir-se desta ou daquela forma, mas incidem sobre um ideal de corpo não natural, o qual só pode ser obtido, pela maioria das mulheres, apelando a alguma forma de mutilação.

<sup>4</sup> Noddings, Nel, *Caring: A Feminine Approach to Ethics and Moral Education* (Berkeley: University of California Press, 1984).

**Referências bibliográficas**

JAGGAR, A. *Feminist Politics and Human Nature*. Totowa, NJ: Rowman and Allanheld, 1983.

NODDINGS, Nel. *Caring: A Feminine Approach to Ethics and Moral Education*. Berkeley: University of California Press, 1984.

NUSSBAUM, M. "The feminist Critique of Liberalism". In: *Sex and Social Justice* Oxford/New York: Oxford University Press, 1999.

NUSSBAUM, M. "In Defense of Universal Values". In: Sterba, J. *Controversies in Feminism*. Oxford: Rowman & Littlefield Publishers, 2001.

NUSSBAUM, M. "Capability and Well- Being". In: Nussbaum and Sen. *The quality of life*. Oxford: Clarendon Press, 1993.

Recebido em: 02/08/2018  
Aprovado em: 11/12/2018